



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE DAS RELAÇÕES SOCIAIS RACIAIS

VANIA DIAS DE OLIVEIRA¹

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar os resultados da fase exploratória de uma pesquisa de tese de doutorado que tratou das relações sociais raciais nos Programas de Residências em Saúde executados em uma universidade considerada referência de diversos rankings acadêmicos na América Latina. Recupera conquistas centrais do Movimento Negro por equidade e promoção de igualdade racial.

Palavras-chave: saúde; serviço social; residências multiprofissionais; racismo.

ABSTRACT

This work aims to present the results of the exploratory phase of a doctoral thesis research that dealt with racial social relations in Health Residency Programs carried out at a university considered a reference in several academic rankings in Latin America. It recovers central achievements of the Black Movement for equity and the promotion of racial equality.

Keywords: health; social work; multiprofessional residencies; racism.

INTRODUÇÃO

O artigo em tela objetiva apresentar os resultados da fase exploratória de uma pesquisa de tese de doutorado que tratou das relações sociais raciais, no âmbito da formação em saúde, tomando como objeto de análise o caso de cinco Programas de Residências Multiprofissionais em Saúde desenvolvidos no Complexo Hospitalar e da Saúde de uma Universidade Federal.

Por oportuno, salienta-se que essa universidade, por sua relevância, se encontra entre as dez melhores posições de diversos *rankings* acadêmicos na América Latina (Oliveira, 2023, np).

¹ Escola de Serviço Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contudo, também se destaca pelo supremacismo branco², prerrogativa que a caracteriza como um espaço de feição europeia.

Neste espaço acadêmico, lócus da pesquisa, utilizou-se como fonte primária os Trabalhos de Conclusão de Residências (TCR's) produzidos entre 2010 e 2020, por assistentes sociais residentes multiprofissionais, egressos/as dos cinco Programas mencionados acima.

Desenvolveu-se, então, um levantamento bibliográfico e uma análise temática dos TCR's, sendo localizados, nessa busca, 82 TCR's. Como ponto de partida, 07 TCR's foram habilitados. Deste quantitativo somente 02 TCR's trataram o tema do racismo.

Esta massa qualitativa e quantitativa encontrada na fase exploratória da pesquisa, ou seja, no seu estágio preliminar de mapeamento das pistas (Minayo, 2007), se constituiu reveladora de duas constatações importantes. A primeira delas está relacionada a ausência de uma política, instituída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), voltada para a guarda e dispensação pública dos TCR's, dado que se reverberou no âmbito dos Programas analisados.

O quantitativo inexpressivo de TCR's disponibilizados, em formato físico³, por 03 dos 05 programas estudados, quando se leva em conta os dez anos (2010 a 2020) de implantação dessa política de formação nos hospitais de ensino do Brasil, aponta em si uma significativa gravidade e mostra que, apesar das potencialidades agregadoras de novos conhecimentos e ações, a implementação das residências multiprofissionais em saúde se deu ao largo de um compromisso com a memória acadêmica de sua produção monográfica.

Este epistemicídio identificado nos programas analisados foi capaz de promover o apagamento de conhecimentos e saberes produzidos por assistente sociais residentes multiprofissionais entre 2010 e 2020. E de igual monta dissipou e desconsiderou o trabalho profissional de docentes, preceptores e tutores.

Já o segundo achado se inclina para a questão da existência de uma rarefação do debate das relações sociais raciais, pelo menos a partir dos TCR's, fonte usada na pesquisa. Tal ausência pode estar vinculada com a direção regressiva dada às políticas sociais públicas, sobretudo, e, em especial, a educação, a saúde e o trabalho, pilares de sustentação das residências multiprofissionais em saúde.

Assim, merece menção ao fato de que se o amadurecimento teórico faculta ao Serviço Social descortinar os fundamentos desses determinantes e condicionantes da saúde, é importante

² O supremacismo branco se constitui como uma ideologia que sintetiza as opressões de raça, gênero e classe, na leitura de Bell Hooks (2019).

³ Os TCR's não foram catalogados no Sistema de Biblioteca e Informação da Universidade.

lembrar que sua indicação na Lei Magna não é suficiente para que as outras profissões da Saúde a reconheçam e apreendam as suas mediações na realidade.

É fato que somente o Serviço Social é oriundo da Grande Área do Conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, o que desafia a nossa categoria cotidianamente no trabalho multiprofissional da saúde.

Conforme afirmativa encontrada no CFESS (2010), tais fatores que também se configuram como expressões da questão social devem ser considerados como o conjunto de desigualdades relacionadas a sociedade capitalistas, por meio de determinações econômicas, políticas e culturais que impactam nas classes sociais.

Nesta trilha, em 2010 o CFESS lançou a publicação “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde”, produção que contou, à época, com ampla consulta aos assistentes sociais, trabalhadores da saúde, a qual apresenta o elenco de atribuições e competências desse profissional no contexto da Saúde. Esclarecendo que competências são qualificações profissionais para prestar serviços que a Lei reconhece, independentemente de serem, também, atribuídas a profissionais de outras categorias. Atribuições privativas também são competências, porém exclusivas, decorrentes, especificamente, da formação profissional (CFESS, 2010, p. 36).

Neste sentido, cabe ser problematizado o fato deste documento ter sido publicizado um ano após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em 2009 e contemporâneo ao ano de implantação das Residências Multiprofissionais em Saúde, mas que, contudo, não tem qualquer referência à demanda do Movimento Negro junto ao SUS, tampouco conecta as nossas atribuições e competências objetivamente à luta contra o racismo. Apenas evoca o que já estava no princípio do Código de Ética, mas não deriva qualquer compromisso entre o trabalho profissional de assistente social e a observação do quesito raça/cor na apreensão da questão social e de suas expressões. Identificando-se o único momento em que a produção em tela evoca o princípio do Código de Ética:

[...] O Código de Ética Profissional de 1993 também apresenta ferramentas fundamentais para a atuação profissional no cotidiano, ao colocar como princípios: opção por um projeto vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2010, p. 36-37).

Esta constatação nos remete ao pensamento de que apesar de o Código de Ética ter sido objeto da inspiração dos Parâmetros, a referência à emancipação humana ainda não se inclinava



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

na observância do quesito raça-cor no trabalho profissional, muito menos na luta antirracista nessa área sócio-ocupacional tão relevante para a história e para o mercado de trabalho dos/as assistentes sociais.

Atenta-se, ainda, para o fato de que neste período, ou seja, em 2009, o SUS começa, ainda que tardiamente, a se preocupar com a questão da saúde da população negra, quando, inclina-se para às reivindicações do Movimento Negro e institui a PNSIPN no Brasil.

Com base nas articulações políticas do Movimento Negro na década de 1990, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso passou a se ocupar da temática relacionada a ausência de equidade e justiça, as quais denotavam (e ainda hoje denotam) as precárias condições de vida da população negra. Destacando-se dois eventos considerados centrais para o avanço das conquistas, sendo eles: a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro de 1995, evento que originou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI) e do Subgrupo Saúde (PNSIPN, 2013, p. 11).

Na sequência, em 2001, aconteceu a Conferência de Durban⁴, na África do Sul, evento no qual a delegação brasileira se constituiu com o maior quantitativo de participantes. Foi neste encontro que o Estado brasileiro, historicamente, pela primeira vez, assumiu que o Brasil se constitui como um país racista. Com base nesse reconhecimento, o Estado brasileiro cria a Comissão Interministerial para a implantação/implementação de políticas com recortes raciais (Conceição, 2023, n.p.).

Dentro deste contexto e, ainda, considerando que as iniquidades em saúde se constituem como resultado do racismo e de injustos processos socioeconômicos, culturais e políticos, se configurou a implementação da PNSIPN, pelo Ministério da Saúde, em 2009, através da Portaria Nº 992/2009.

A PNSIPN representa um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no SUS e na promoção da saúde da população negra de forma integral, sendo integrante de um escopo de políticas denominadas de Ações Afirmativas.

Assim, se formalizou a implicação do SUS com a saúde da população negra, com o Ministério da Saúde, embora tardiamente, reconhecendo e assumindo a necessidade de instituir mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS).

⁴ Trata-se da terceira Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas contra o racismo e o ódio aos estrangeiros. Foi a primeira Conferência patrocinada pela ONU e se realizou de 31/08 a 08/09/2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

Deste modo, a relevância da pesquisa em tela se vincula ao fato de apresentar ao meio acadêmico a importância do debate sobre o racismo estrutural e institucional, o qual rebate, não somente na formação em saúde, mas, sobretudo, no Serviço Social, por seu compromisso ético-político expresso no VI Princípio do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993).

SOBRE O LUGAR DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A Universidade em questão foi criada com a missão de ser modelar às instituições universitárias existentes e até mesmo às que futuramente fossem criadas. Além disso, nenhum curso superior poderia existir no país se não tivesse o seu modelo de correspondência, conforme lembra Oliveira (2023).

Portanto, para essa universidade, deveriam transitar também os melhores alunos do país, que nela ingressariam mediante critérios rigorosos de seleção. Ou seja, a universidade em tela nasceu marcada pelo gigantismo e por pretensões de unanimidade e profundamente elitista.

Nos dias atuais, ou seja, no momento da escrita deste artigo, – julho de 2024 - esta Universidade reúne aproximadamente 176 cursos de graduação e 232 cursos de mestrado e doutorado, sendo considerada a Universidade mais inovadora do país, o que se deve também à sua pluralidade: tem mais de 4 mil docentes, 65 mil estudantes, 3 mil servidores que atuam em hospitais e 5 mil técnicos-administrativos. Além de se distinguir também por oferecer o maior número de vagas de residências multiprofissionais do país, sendo dona do maior Complexo Hospitalar, o qual concentra nove unidades acadêmicas da saúde, entre outros elementos que nos remetem a grandeza dessa instituição (Oliveira, 2017, p. 22; Oliveira, 2023, n.p.).

A referida Universidade formou uma sucessão de ex-alunos notáveis, como o indicado ao Prêmio Nobel da Paz, Osvaldo Aranha; os escritores Jorge Amado e Clarice Lispector; o arquiteto Oscar Niemeyer; os médicos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas; a jornalista Fátima Bernardes; o matemático Artur Ávila, dentre muitas outras personalidades (Oliveira, 2023, np).

Contudo, merece menção ao fato de que na relação de ex-alunos notáveis, publicizada pela Universidade a que nos referimos, a presença branca é majoritária, identificando-se somente uma pessoa negra em um universo de aproximadamente 50 ex-estudantes. Sendo ela: a escritora Conceição Evaristo.

A relação de ex-alunos notáveis e, também, de nomes ilustres de ex-reitores, que passaram por essa Universidade desde 1920, ano de sua criação, nos remete a frase cunhada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por Schucman (2020). Conforme a autora: [...] “mesmo quando tudo está dentro da legalidade o resultado é racista” (Schucman, 2020, p. 45).

A par da inexistência de marcos legais com potência para proibir a participação e o acesso de negros/as em processos seletivos para ingresso no Ensino Superior, o racismo estrutural se constitui como um entrave ao acesso da população negra a esses espaços de poder. Assim, todas aquelas pessoas brancas mencionadas na citação referenciada acima, tiveram seus respectivos acessos à Universidade dentro da normalidade, no âmbito da legalidade.

A ilustração que segue abaixo nos permite entender o potencial do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Ilustração Nº 01 – Ausência de negros e negras em espaços de poder.



Fonte:

Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo. Imagem extraída de reportagem veiculada por Band Jornalismo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=hme7uLGj9kE>. Acesso em 29 de julho de 2024.

Conceição (2023) vem lembrar que o racismo que estrutura a sociedade brasileira se constitui como sistêmico, como estrutural. Embora tenhamos conhecimento da existência de pessoas racistas e preconceituosas na sociedade brasileira, o racismo não é uma questão moral, não é de ordem individual, não é uma questão de falta de educação, nem tão pouco um desvio moral (Conceição, 2023, n.p.).

Esta formulação de Conceição (2023) dialoga com Étienne Balibar, citada por Almeida (2022, n.p.), quando diz: [...] “o racismo é uma relação social, não um simples delírio de sujeitos racistas”. Sendo assim, trata-se de uma relação social dotada de materialidade e historicidade, cujo combate requisita mudanças profundas na sua estrutura.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

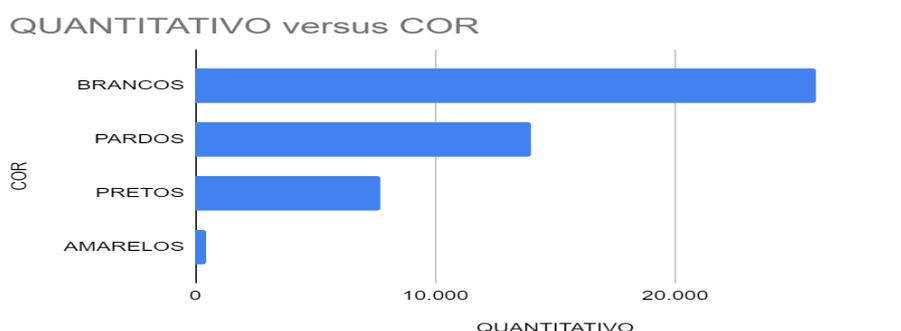
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A sociedade brasileira contemporânea e suas instituições vêm passando por mudanças, identificando-se pessoas, grupos, empresas, universidades, entre outros segmentos, interessados em entender os mecanismos que operam o racismo, com a intenção de diminuir as diferenças, de reduzir as desigualdades sociais entre brancos e negros, para enfim, viver-se em uma democracia plena.

Tais avanços, forjados historicamente pelo tensionamento provocado pelo Movimento Negro, podem ser identificados em estudos que apontam, por exemplo, que brancos ainda são o maior grupo na graduação da Universidade Federal a que nos referimos, mas o percentual de pretos e pardos está em crescimento, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico N° 01 - Presença de pretos e pardos em crescimento na graduação de uma Universidade Federal



Fonte: JORNAL ESPECIAL CONSCIÊNCIA NEGRA. Exemplar nº 1.299. Novembro de 2023.

Atualmente, a Universidade em questão se mostra mais diversa, mais enegrecida, identificando-se a presença de estudantes, docentes e servidores técnicos-administrativos negros/as em seu espaço. Contudo, a relação ainda é potencialmente desigual, uma vez que esse segmento representa a maioria da população brasileira, ou seja, são 56,1%, de acordo com IBGE (2023).

Desta feita, é possível supor que o acesso da população negra nos quadros desta Universidade, vem se dando em função do tensionamento provocado nas universidades públicas a partir da instituição das Políticas de Ações Afirmativas, sobretudo com base na Lei de Cotas (Lei Nº 12.711/2012).

As cotas raciais se caracterizam como políticas públicas, que se voltam para um processo de reparação de grupos sociais que foram, historicamente, destituídos de direitos. Trata-se de maiorias minorizadas que foram destituídas de acesso aos espaços de poder. As cotas visam pensar esse sistema de reservas de vagas para esses grupos nesses espaços de poder (Pinheiro, 2023, p. 136).

Com tal perspectiva, se identifica no âmbito da Universidade em tela coletivos compostos por negros/as – docentes, técnicos-administrativos e estudantes – com letramento racial, inclinados às pautas do debate das relações sociais raciais.

No momento existem, pelo menos, quatro trincheiras de luta com agendas e pautas voltadas para as questões inerentes ao racismo na Universidade analisada. Sendo elas: Coletivo de Negros e Negras Dona Ivone Lara. Este coletivo vem ganhando força e visibilidade no espaço da Escola de Serviço Social da Universidade. Em 10/01/2022, a Congregação da ESS aprovou por unanimidade a alteração de algumas disciplinas da grade curricular, com o intuito de inserir o debate das relações sociais raciais na formação de profissionais cujo público-alvo principal é de estudantes negros e negras; o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), criado em 2021, cujo Regimento foi recentemente aprovado no Conselho Universitário da Universidade (CONSUNI); a Superintendência Geral de Ações Afirmativas Diversidade e Acessibilidade (SGAADA), instância aprovada pelo CONSUNI em 22/05/2023, cujo objetivo se inclina para o fortalecimento de ações antirracistas na Universidade; e, por fim, a Comissão de Heteroidentificação da Universidade, instância que avalia o ingresso de estudantes por cotas nesta Universidade.

Tais iniciativas, consideradas como ações antirracistas, executadas por meio da dimensão pedagógica visam a construção de mecanismos de denúncia e reversão desse grande flagelo social, ou seja, o racismo (Pinheiro, 2023, p. 148).

Desta feita, enquanto mulher negra, assistente social e profissional da saúde, me alinho às pautas antirracistas nas dimensões da assistência, do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, com o objetivo de promover, sobretudo nesses espaços de poder, a equidade racial.

Em que pese a relevância desta Universidade para a sociedade brasileira e, também, para o mundo, seu perfil condiz com o de uma instituição de feição europeia, herdeira do colonialismo, na qual, ainda hoje, são forjadas alianças intergrupais entre brancos, sobretudo, por homens, cis, brancos e ricos.

Esses acordos se caracterizam pela negação da existência de um problema racial no âmbito da instituição, pelo silenciamento, pela interdição de negros e negros em espaços de poder, entre outras concordâncias. O que Bento (2022) define como pacto narcísico da branquitude, dada a preservação de hierarquias raciais e pactos entre iguais; prática que encontra território particularmente fecundo, nas Organizações essencialmente conservadoras.

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA O DEBATE DA QUESTÃO RACIAL NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS EM SAÚDE

No que tange às relações sociais raciais entendemos tratar-se de um fenômeno presente na formação social brasileira, que historicamente evidencia o quanto as relações entre europeus, indígenas e africanos foram marcadas por distinções de cunho racial, o que em muito potencializou as desigualdades sociais e raciais (Ortegal, 2018, p. 417).

Para Ortegal (2018), este elemento é importante para se compreender as relações sociais no Brasil, pois em um mundo marcadamente antropocêntrico, caracterizar determinado grupo como não humano ou sub-humano resultava em total isenção moral para a exploração, escravização e extermínio desse grupo assim classificado. Isto está evidenciado nos mais diversos estudos da historiografia e da sociologia do Brasil e não teve seus efeitos suspensos “por decreto”, como a promulgação da Lei Áurea ou da Proclamação da Independência.

Dessa forma, o autor prossegue mencionando que muito antes de as classes sociais capitalistas emergirem e passarem a exercer forte determinação sobre os processos de produção e relações sociais na maior parte do mundo, era a raça o distintivo oficial entre os grupos sociais nas metrópoles e colônias.

Em acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, instituídas em 1996, a questão social é objeto de intervenção da profissão, e demanda uma atuação totalizante, que identifique as determinações sociais, econômicas e culturais das desigualdades sociais (Marra, 2015).

A “questão social” identificada como base de formação e exercício profissional não é acidental. Para Yamamoto (2007, p. 183-184), ela resulta “[...] da necessidade de impregnar a

profissão de história da sociedade presente e, em particular, da realidade brasileira [...]”. Isso significa que a profissão deve “[...] decifrar suas multifacetadas refrações no cotidiano da vida social, que são ‘matéria’ do trabalho do assistente social”.

Se, por um lado, na formação profissional deve-se evitar o artifício ideológico da pulverização da “questão social”, uma vez que se constitui em uma armadilha no sentido de autonomizar as suas múltiplas expressões e bloquear a possibilidade de apreender as determinantes da sua origem, por outro, ela deve garantir que as múltiplas determinações concretas presentes no contexto brasileiro sejam tratadas: a determinação racial grita nos indicadores sociais.

Limitada a entendê-la apenas como resultante da relação capital/trabalho (a exploração), a formação profissional esvazia-se de determinações singulares e particulares imprescindíveis à compreensão do objeto base do exercício profissional. Esse esvaziamento torna-se berço para a “produção” de profissionais que facilmente se rendem à lógica formal-burocrática coerente com o ideário neoliberal que exclui a dimensão coletiva da “questão social”.

Esta afirmação pode, aparentemente, apresentar um superdimensionamento da questão racial no âmbito do debate da “questão social” e, evidentemente, da formação profissional, contudo, quando se leva em conta que mais da metade da população brasileira, ou seja, 56,1% (118.371.000 milhões), é composta de negros/as (preta e parda), quando se tem presente que os indicadores sociais vêm apontando a predominância dos/as negros nas principais expressões da “questão social” brasileira e, ainda, quando se considera que os(as) usuários(as) dos serviços nos quais os assistentes sociais desenvolvem as suas atividades profissionais são fundamentalmente negros(as) (pretos/as e pardos/as), essa armadilha dá a medida da extensão dos limites impressos por uma formação profissional que desconhece e/ou não reconhece a carga da determinação étnico-racial no complexo de causalidade da “questão social”.

Neste sentido, de acordo com Marra (2015), a intervenção do/a Assistente Social deve ser embasada em leitura crítica da realidade, capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

Especificamente, no que se refere ao preconceito e ao racismo, ambos presentes nos espaços sócio-ocupacionais, a importância do trabalho profissional do/a assistente social se inclina para a formulação e o desenvolvimento de propostas antirracistas com o objetivo de pautar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a temática das relações sociais raciais, junto aos usuários dos serviços de saúde, aos estudantes de graduação, estagiários dos serviços, bem como na pós-graduação, por exemplo, nos Programas de Residências Multiprofissionais em Saúde.

Isto para responder ao reiterado silenciamento posto ao racismo na sociedade brasileira que imprime na formação em saúde, no trabalho do Serviço Social, desafios para as relações sociais raciais serem tomadas como constitutivas da questão social e, portanto, orientadoras da formação, bem como do trabalho nos programas de residências multiprofissionais em saúde.

RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS EM SAÚDE: AVANÇOS, DESAFIOS E TENDÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Em 14 anos da implantação das residências multiprofissionais em saúde, essa política de formação vem sofrendo profundas inflexões, sobretudo, pelo agravamento e avanço da ofensiva ultra neoliberal, que compromete as relações interpessoais no ambiente de trabalho, bem como a formação profissional.

Os desafios ao seu desenvolvimento têm sido imensuráveis na medida em que sofre os impactos do atravessamento gerado pela disputa de projetos divergentes na saúde. Esses projetos são denominados por Bravo (2022) como: Reforma Sanitária (1980); Privatista (1990); Reforma Sanitária Flexibilizada (2003 a 2016); SUS Totalmente Submetido ao Mercado (a partir de 2016).

Um deles defende a educação pública, de qualidade, laica, bem referenciada e emancipatória. Já os demais trazem em seus respectivos conteúdos propostas privatistas, denominados de projeto do mercado, que consideram a educação, a saúde, bem como outras políticas sociais como mercadoria, em prol do lucro. Portanto são incompatíveis, conforme vem lembrar Bravo (2022).

Um terceiro elemento que tem atravessado a formação profissional nas residências é o desemprego que assola a classe trabalhadora, especialmente a partir do Golpe de 2016. O Relatório da Organização Internacional do Trabalho (2024), aponta:

Novas projeções indicam que o desemprego global diminuirá modestamente em 2024, embora persistam as desigualdades nos mercados de trabalho, com as mulheres nos países de renda baixa sendo particularmente afetadas. O documento prevê que a taxa de desemprego global em 2024 se situará em 4,9%, abaixo dos 5,0% de 2023. O número revisa em baixa a projeção anterior da OIT de 5,2% para este ano. No entanto, espera-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que a tendência de queda do desemprego se estabilize em 2025, com o desemprego permanecendo nos 4,9%, afirma o relatório. Apesar desta previsão, o relatório destaca uma persistente falta de oportunidades de emprego. A OIT estima que o “déficit de emprego” – que mede o número de pessoas sem emprego, mas que querem trabalhar – atingirá em 402 milhões de pessoas em 2024. Isto inclui 183 milhões de pessoas que são contabilizadas como desempregadas (RELATÓRIO OIT, 2024, n.p).

Mas o que esses dados têm a ver com as relações sociais raciais na formação de residentes multiprofissionais em saúde?

Com base em uma conjuntura nacional de desemprego as residências têm sido uma estratégia de inserção no mercado de trabalho e isso traz também a perda dimensão formativa da residência, sendo habitual o/a residente concluir uma residência e imediatamente ingressar em outro programa. Dado que impacta diretamente na compreensão do lugar do residente nos serviços de saúde. O residente precisa ser aquele sujeito em formação, corresponsável pelo desenvolvimento da sua atuação junto a preceptoria e a tutoria; o que vai contribuir para potencializar o trabalho profissional que está sendo realizado no serviço de saúde, mas não ser o responsável por aquele serviço, naquela instituição. Essa análise vai impactar na lógica de treinamento e sem passar por uma perspectiva de formação (Castro, 2022, n.p).

Com isso, encontra-se “em jogo” o impedimento de se promover a construção de uma formação de trabalhadores para atuar no SUS, a partir da perspectiva de realização de concursos públicos, de modo a absorver os egressos procedentes dos programas de residências multiprofissionais em saúde. Segue em curso, os contratos temporários, as seleções públicas para vínculos celetistas, baixa remuneração, mudanças recorrentes de contratantes, o que ataca a projeção dos trabalhadores da saúde de fazer uma carreira nessa política social.

É aí que teremos o conflito entre a perspectiva formativa que se defende no Serviço Social brasileiro e a necessidade de provimento da força de trabalho no âmbito do SUS. Temos um desafio imenso que é de pensar o conflito entre a perspectiva formativa das residências e a realidade vivenciada.

Deste modo, a conjuntura de governos da extrema direita desafiou ainda mais o projeto de formação em saúde das residências multiprofissional em saúde. Com o ataque sistêmico ao SUS com seu desfinanciamento, a precarização, o sucateamento das instituições, a falta de condições de trabalho de preceptores e tutores, a decisão de dissolver a Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde (CNRMS), a entrada da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) com sua lógica empresarial nos hospitais de ensino, entre outros desmontes, tem sido impeditiva do avanço do processo formativo do/a residente multiprofissional.

Os ataques sistemáticos às políticas sociais, especialmente de educação e saúde, a partir do Golpe de 2016, trouxeram rebatimentos nocivos ao desenvolvimento das residências em saúde, com base na perspectiva de a mesma se constituir como um processo de formação com qualidade, elementos que foram potencializados pelos impactos da pandemia COVID-19, uma vez que os profissionais da saúde, inclusive os residentes no lugar de trabalhadoras e trabalhadores estiveram expostos a maior risco de adoecimento e morte: aglomerados nos pontos de ônibus e metrô, utilizando transporte público, indo para o trabalho, e enfrentando diariamente sérios riscos de contaminação (Ceccim, 2022, n.p.).

Os elementos afirmados até aqui vêm se constituindo como sérios desafios para as residências multiprofissionais em saúde. Somando, nos dias atuais, a urgência de se desvelar as mediações que esses desafios desenvolvem com o racismo estrutural e institucional no âmbito das políticas sociais públicas.

SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

Ressalta-se que os resultados da pesquisa não nos permitiram inferir sobre o processo pedagógico dos Programas estudados, visto que se tomou somente os TCR's e não outros componentes curriculares do processo de formação.

Dito isto, cabe afirmar que os resultados da pesquisa apontaram para as seguintes considerações: o debate acerca do racismo ainda não se constituiu como tema relevante no âmbito dos cinco Programas estudados; a constatação da não guarda dos TCR's, pelos Programas, tampouco a sua disponibilidade em domínio público, desencadeou um epistemicídio do trabalho profissional; a realidade de que a Universidade, lócus da pesquisa, se constitui como branca, ou seja, docentes, estudantes e servidores técnicos-administrativos são, majoritariamente, de cor de pele branca; o crescimento da presença de pretos e pardos no âmbito da Universidade em tela se constitui como uma realidade; entre outras.

Deste modo, acredita-se que a discussão sobre o racismo e suas expressões é recente, oriunda das relações sociais de gênero, de onde se extrai o debate racial. Com exceção de dois TCR's, um de 2015 e o outro de 2019, o tema do racismo é tangencial, gotejado com o tema das relações de gênero. Assim, é possível supor que o encontro entre a formação dos/as residentes com o tema do racismo vem ocorrendo de forma gradual, recente, com a tendência desse objeto ganhar centralidade a partir da instituição da Política de Ações Afirmativas na Universidade em

questão, iniciada em 2014, e com base nas recomendações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2018), relativas à incorporação do debate das relações sociais raciais nos projetos político pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar a importância da aproximação e do estabelecimento de diálogo no decurso da tese com autores que estudam a América Latina e a sua formação social como Aníbal Quijano, Clóvis Moura, Ruy Mauro Marini, entre outros. Isto porque suas respectivas produções podem se constituir como importantes contribuições para a formação nas residências multiprofissionais em saúde, como também de quaisquer outros trabalhadores da saúde. São autores que acionam a teoria social crítica para apreender as particularidades da formação social da América Latina, onde as relações sociais raciais são componentes estruturais do passado e se atualizam na sociabilidade contemporânea com implicações para a formação em saúde.

Com a mesma relevância, a utilização de um referencial teórico voltado para uma epistemologia negra, através do diálogo com Bell Hooks, Cida Bento, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Silvio de Almeida, entre outros/as, autores seminais que debatem o racismo e suas expressões, foi central, sobretudo para a apreensão do conhecimento, bem como do letramento racial por parte da autora da tese.

Corroborar-se com a opinião de que os resultados da pesquisa devam ser socializados e debatidos no âmbito dos cinco Programas estudados, envolvendo, sobretudo, a COREMU e a Coordenação de Capacitação Continuada da Escola de Serviço Social, instância que dentre outras atribuições é responsável por efetivar a interlocução entre os Programas.

A mudança do paradigma gerencial no âmbito da Universidade a partir da adesão firmada com a EBSEH, cuja implantação, com sua lógica gerencial, se encontra em curso em três unidades acadêmicas do Complexo Hospitalar e da Saúde (CHS) da Universidade, cenários de prática das residências multiprofissionais em saúde, aponta para a preocupação de que os contratos da referida empresa apresentam traços que revelam forte descompromisso com o ensino, a pesquisa e extensão universitários, dado que aponta para a tendência da formação das residências, já com tantos desafios, consolidar-se como treinamento em serviço.

Deste modo, a luta coletiva e de resistência nos espaços da Universidade em questão, são urgentes e necessárias, de modo a fazer reverberar o compromisso de trabalhadores e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadoras da saúde, independentemente da cor de suas respectivas peles – amarela, branca, indígena, parda e preta – em prol da autonomia universitária.

Por fim, no que se refere a ausência do debate das relações sociais raciais no documento “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde”, recomenda-se o estudo das possibilidades de o mesmo passar por uma atualização, de modo a inserir no seu texto o debate do racismo estrutural e institucional, dada a sua relevância, enquanto instrumento de orientação do trabalho profissional do/a assistente social na saúde.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. Executiva Nacional da ABEPSS. 2017-2018. “Quem é de luta resiste”. Vitória/ES, 2018. Acesso em outubro de 2023.

ALMEIDA, S. L. de. **O Brasil tem o desafio de desnazificar a sociedade brasileira**. TV Cultura. Estação Livre. 18 nov. 2022. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/53871_o-brasil-tem-o-desafio-de-desnazificar-a-sociedade-afirma-silvio-almeida.html. Acesso em novembro de 2023.

BALIBAR, E; WALLERSTEIN, I. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo. Boitempo, 2021.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Instituída em 2009 com base na Portaria N° 992/2009. Brasília/DF. 2013.

____. **Lei Nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012 (Lei de cotas raciais), determinou a reserva de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas disponibilizadas pelas instituições federais de educação superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30/08/2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em novembro de 2023.

____. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei n. 8.662. Junho de 1993.

____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

____. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. **“Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde”**. CFESS: Brasília, 2010.

BRAVO, M. I. S. Residência em Saúde: a resistência diante dos ataques às políticas de saúde e de educação. **XII Encontro Nacional de Residências em Saúde**. Mesa do dia 08/11/2022. Evento Online. ENRS: Ponta Grossa, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTRO, M. M. C. A Jornada até a residência: batalha entre a base de formação e o provimento de força de trabalho. **XII Encontro Nacional de Residências em Saúde**. Evento Online. Mesa do dia 09 nov. 2022. São Paulo, 2022.

CECCIM, R. B. Residência em Saúde: a resistência diante dos ataques às políticas de saúde e de educação. **XII Encontro Nacional de Residências em Saúde**. Evento Online. Mesa do dia 11 nov. 2022. São Paulo, 2022.

CONCEIÇÃO, F. **Letramento Racial**. Prosa Choque. Apresentador Daniel Lage. 11/12/2023. Disponível em: <http://Youtub.com>. Acesso em: janeiro de 2024.

HOOKS, B. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE mede o problema nacional da evasão escolar**. In: *Jornal Nacional*, G1 (globo.com). Rio de Janeiro, 2023.

MARRA, F. R. **A confissão antropofágica de Flávio Carneiro**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

MINAYO, M. C. de. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007-2010.

OLIVEIRA, A. J. B. de. **HISTÓRIA**: uma breve história da UFRJ. 2023. Disponível em: <http://ufrj.br/acess-a-informação/institucional/historia>. Acesso em janeiro de 2024.

OLIVEIRA, V. D. de. **Projetos Político-Pedagógicos das Residências Multiprofissionais em Saúde**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Perspectivas Sociais de Emprego no Mundo: Tendências 2024*. **Relatório OIT**. Lisboa. 24/06/2024. Disponível em: <https://www.dgert.gov.pt/perspetivas-sociais-e-de-emprego-no-mundo-tendencias-2024-relatorio-oi>. Acesso em julho de 2024.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 133, p. 413-431, setembro/dezembro São Paulo 2018.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. Planeta do Brasil, São Paulo. 2023.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na Cidade de São Paulo. Editora Veneta, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Especial Consciência Negra**. JORNAL DA ADUFRJ. Exemplar nº 1.299. Novembro de 2023.